

**OS DESAFIOS À FORMAÇÃO PERMANENTE DE ASSISTENTES SOCIAIS
EM CURSOS *LATO SENSU*, NUM CONTEXTO DE AVANÇO DO IDEÁRIO
LIBERAL DE EDUCAÇÃO-MERCADORIA**

**THE CHALLENGES TO THE PERMANENT TRAINING OF SOCIAL
ASSISTANTS IN *LATO SENSU* COURSES, IN A CONTEXT OF THE
ADVANCEMENT OF THE LIBERAL EDUCATIONAL-MERCHANDISE IDEAL**

Maria Taíde Soares da Silva de Abreu¹

Diego Augusto Rivas dos Santos²

RESUMO: O presente trabalho tem por principal objetivo analisar a partir da apreensão das assistentes sociais inseridas no Curso de Especialização em Políticas Sociais do Programa de Pós-Graduação da UNIGRANRIO, quais princípios metodológicos norteadores da formação profissional, nesse curso de especialização e sua contribuição para a formação de assistentes sociais, no que tange a educação permanente defendida pelo Serviço Social. Trata-se de uma pesquisa exploratória para alcançar os objetivos propostos, com a utilização da pesquisa de campo para ter acesso aos dados que serão analisados qualitativamente, com o aporte teórico marxista. Os instrumentos de coleta de dados foram entrevistas com grupos focais e aplicação de questionário.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Educação Permanente; Pós-Graduação Lato Sensu; Educação Superior Privada; Educação-Mercadoria.

ABSTRACT: The main objective of the present study is to analyze, from the apprehension of the social workers enrolled in the Specialization Course in Social Policies of the Graduate Program of UNIGRANRIO, which methodological principles guiding the professional formation, in this course of specialization and its contribution to the formation of social workers, in what concerns the permanent education defended

¹ Assistente Social, formada pela Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy – UNIGRANRIO (2012-2015). Especialista em Políticas Sociais pelo Programa de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da UNIGRANRIO – PROPEX/UNIGRANRIO (2016-2017) e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGSS/UERJ (2017-2018). Atualmente, é professora de pós-graduação *lato sensu* e de preparatórios para concursos públicos e processos seletivos de mestrados e residências multiprofissionais no Núcleo Educacional da Zona Oeste – NEZO. E-mail: maria.taidesoaresdeabreu@hotmail.com.

² Assistente Social formado pela Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy - UNIGRANRIO (2007 - 2010). Especialista em Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio (2012 - 2013). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio (2013-2015). Atualmente é professor da graduação em Serviço Social da Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy – UNIGRANRIO e coordenador da Pós-Graduação *lato sensu*. E-mail: diego.santos@unigranrio.edu.br.

by the Social Work. It is an exploratory research to reach the proposed objectives, with the use of the field research to have access to the data that will be analyzed qualitatively, with the theoretical contribution Marxist. The instruments of data collection were interviews with focus groups and questionnaire application.

KEY WORDS: Social Work; Permanent Education; Post-Graduation Lato Sensu; Private Higher Education; Education-Merchandise.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado do trabalho de conclusão de especialização e tem como principal objetivo analisar a partir da apreensão das assistentes sociais inseridas no Curso de Especialização em Políticas Sociais do Programa de Pós-Graduação da UNIGRANRIO, quais princípios metodológicos norteadores da formação profissional, nesse curso de especialização, e sua contribuição para a formação de assistentes sociais, no que tange a educação permanente defendida pelo Serviço Social.

O que me motivou inserir-se numa especialização foi o meu compromisso com a formação permanente, a qual o Serviço Social defende e entende como a única perspectiva de formação que dá conta de qualificar os assistentes sociais não só para se inserir no mercado de trabalho, mas para desenvolver o seu trabalho ancorado na dimensão crítica, propositiva e consciente.

O Curso de Especialização em Políticas Sociais é um projeto idealizado pelo saudoso professor Márcio Brotto³, e tem como marco inicial em 2011, resultado do diálogo entre esse profissional e o corpo docente do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade UNIGRANRIO.

³ Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996), possui Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1998-2000). Doutorado (2008-2012), desenvolvendo estudos no campo da Seguridade Social, em específico sobre Assistência Social e Saúde. Foi Professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e coordenador departamental do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), coordenador da especialização em Assistência Social e Direitos Humanos e líder do Núcleo Integrado de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social (NIEPSAS) - desenvolvendo pesquisas de Iniciação Científica, bem como sendo, desde 2013, Bolsista de Incentivo à Produtividade (PUC-Rio). Tutoria no Programa de Educação para o Trabalho no SUS (PET-Saúde) e atuação docente no Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (capacitaSUAS). Experiência na execução e gestão de ações profissionais em Serviço Social, com ênfase nas áreas de Saúde Pública/Saúde da Família e Assistência Social. Endereço para acessar este CV. <http://lattes.cnpq.br/5510089776236308>. Márcio Eduardo Brotto faleceu no dia 04 de Fevereiro de 2017, deixando uma grande saudade nos corações de todos que o conheceram, mas, acima de tudo, deixou um grande legado de determinação e competência.

Segundo Brotto (2015), o Curso de Especialização em Políticas Sociais que se iniciava tinha como objetivos ampliar as competências e habilidades requeridas aos profissionais que lidam diretamente com as políticas sociais no Brasil.

A estratégia utilizada para o aprofundamento das competências e habilidades elencadas linhas atrás se deu através da proposta curricular, a qual se estruturou em três módulos, a saber: O Significado Sócio Histórico das Transformações da Sociedade Contemporânea e suas interfaces com a gênese das Políticas Sociais; A Política Social no cenário Brasileiro: fundamentos para uma análise histórica e Políticas Sociais: formulações e expressões em desenvolvimento no Brasil. Para cada módulo, há estruturado um bloco de disciplina que dialogue diretamente com o eixo central de cada módulo.

Diante do conhecimento sobre o processo de construção do curso, da minha experiência como aluna egressa da instituição e do meu posicionamento em defesa da formação permanente dos assistentes sociais, algumas preocupações e dúvidas me inquietavam. Comecei a questionar se o curso de fato contribuía com a formação permanente de assistentes sociais, se as demais assistentes sociais tinham avançado no seu processo de formação para além do espaço formal que é a universidade. Logo, ao iniciar o curso me deparei com uma turma com um perfil bem interessante. A maioria era composta por assistentes sociais, mas também tinha profissionais de outras categorias profissionais, a exemplo, administradores, dentistas e advogados.

Do grupo de assistentes sociais que estavam cursando a Especialização em Políticas Sociais, a maioria ainda não tinha conseguido seu primeiro emprego na área de Serviço Social⁴. Passei a me questionar se os princípios metodológicos que orientam a grade curricular do curso de Especialização iriam contribuir para que essas profissionais ampliassem o seu entendimento do que vem ser de fato, ou como deve ser a formação permanente em Serviço Social, ou se a lógica do curso era apenas focada na racionalidade técnica dos profissionais, atrelado ao interesse econômico, e mais, se as profissionais que estavam inseridas nesse curso de pós-graduação, só estavam buscando de fato, qualificar mais a sua força de trabalho para uma inserção no mercado de trabalho.

Essas preocupações se deram por diversas razões. O crescimento avassalador de cursos de Serviço Social no Brasil, sobretudo, em Instituições privadas de Ensino

⁴ As assistentes sociais que não estavam atuando na área, em sua maioria, eram compostas por assistentes sociais formadas no fim do ano de 2015.

Superior, o avanço dos cursos na modalidade à distância (EAD), o aligeiramento da formação profissional, o não cumprimento do que preconiza as Diretrizes da Associação Brasileira em Ensino e Pesquisa (ABEPSS) acerca da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, sobretudo, nas Instituições de ensino Privada e, o crescimento na oferta de curso de pós-graduação em Serviço Social ou tendo esses profissionais como um dos públicos alvo.

Além dessa realidade do Serviço Social brasileiro, há também outras transformações estruturais e conjunturais que complexificam as relações sociais e alteram processos e respostas à “questão social”. As transformações que ocorreram com a crise estrutural do capital a partir da década de 1970 trouxeram sérios impactos no padrão de proteção social no mundo. Estados de Bem estar Social vêm ruindo e o mundo do trabalho sendo modelado à gosto do grande capital. Em países de economia periférica como é o caso do Brasil, onde o mercado de trabalho sempre foi precário e com fraca proteção social, a redução nos investimentos nas políticas sociais conquistadas no bojo do processo de redemocratização e com forte presença de sujeitos comprometidos com a cidadania e democracia brasileira, vem trazendo a tona que o Estado vem se desobrigando de suas funções de materializador das poucas e deficientes políticas sociais existentes no país.

É nesse contexto de profundas incertezas para a classe trabalhadora que avança o processo de mercantilização da educação e a desconstrução da formação profissional de várias profissões, inclusive o Serviço Social. A educação crítica e capaz de tirar a pele de cordeiro do capital nunca foi preocupação do Estado brasileiro e nem de nenhum Estado capitalista, pois, mesmo em momentos de “Estado ampliado” esse nunca renegou a sua essência, a de escudeiro mó do capital.

Assim, nessa fase do capital, há uma atenção total voltada para formar quadros técnicos e capazes de desenvolver tecnologias de ponta para o avanço do processo de valorização do capital, mesmo que pra isso, a natureza e a classe trabalhadora pague toda conta. O campo da educação torna-se um alvo da burguesia industrial, que o enxerga como mercadoria-educação. Assim, há um investimento por parte dos Estados em uma formação voltada para o capital, onde observa-se um incentivo a pesquisas para descobertas de inovações tecnológicas, visando, sobretudo, o lucro. Por outro lado, há a oferta dos serviços educacionais ofertados, principalmente em instituições de ensino privada, majoritariamente, formando quadros adestrados para responder as requisições impostas sem questionar, esvaziados da dimensão crítica,

criativa e políticas e, os adequam a meros executores de políticas, programas e projetos tidos como sociais, ou ainda pior, apenas diplomam em grande escala os sujeitos, sem o mínimo de condições técnicas exigidas para a inserção no mundo trabalho, mesmo em que seja uma inserção em condições precárias de trabalho e vínculo de trabalho.

É bem verdade que o Serviço Social ao longo das últimas três décadas, vem lutando e se afirmando como um profissional que pensa, elabora, gere e executa as políticas sociais. O posicionamento político do Serviço Social e, as instâncias que orientam a formação profissional dos assistentes sociais não coadunam com nenhuma das duas formas que o capital enxerga e molda a educação brasileira. Ambas as visões e modelo educacional têm em seu bojo uma perspectiva acrítica, tecnicista e mercadológica, perspectivas totalmente execradas pelo Serviço Social crítico brasileiro. No entanto, com o processo selvagem de ataque aos direitos, às políticas sociais, associado ao processo de desmonte da formação profissional – fenômeno esse que não é exclusivo do Serviço Social –, o que pode estar se desenhando é um novo perfil de assistentes sociais no Brasil, distante do que orienta o Projeto Ético Político da Profissão. Pois, vem avançando uma formação descolada dos princípios caros ao Serviço Social, sobretudo, o não cumprimento da tríade ensino, pesquisa e extensão em muitas universidades.

É diante desse contexto de regressão e reorientação das políticas sociais e da formação profissional dos assistentes sociais que, torna-se tarefa fundamental e estratégica, pensar e defender a formação permanente, de acordo com a perspectiva crítica de educação defendida pelo Serviço Social. Com o avanço da formação em universidades privadas, tanto no nível de graduação como de pós-graduação, surgem as seguintes indagações. O processo de formação ofertada aos assistentes sociais nos cursos de pós-graduação *lato sensu* vem contribuindo para uma formação permanente, entendida como uma formação crítica e orientada a dar respostas às recrudescidas expressões da “questão social”, bem como, fortalecer o projeto profissional hegemônico da categoria profissional? Ou vem formando quadros técnicos, desvinculados da dimensão crítica, onde o máximo do seu horizonte seja uma colocação no mercado de trabalho, independente das condições objetivas do posto de trabalho? A formação profissional ofertada nos cursos de pós-graduação *lato sensu* de instituições de ensino privada vem contribuindo para o processo de

formação permanente no Serviço Social ou apenas vem diplomando especialistas sem condições objetivas de inserção no mercado de trabalho?

Esse é o cenário e as inquietações que suscitaram o interesse em desenvolver a pesquisa ora apresentada.

2. Educação para além do capital: educação-mercadoria e mercadoria-educação ou educação emancipatória?

Falar de educação no seu sentido ontológico, seu caráter emancipador e sua relação direta com o trabalho numa sociedade baseada em relações mercantis, soa até como um discurso utópico. Mas, de certa forma, a utopia funciona como uma mola propulsora, fundamental para vislumbrar novas possibilidades, um mundo possível que deve ser construído pelos homens.

De fato, é difícil enxergar as potencialidades da educação, uma vez que esta está condicionada à lógica mercadológica, sua materialização no mundo moderno não vem se realizando fora do eixo capital-exploração-mercadoria-lucro. Para Mészáros (2008),

[...] uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança.

Mas, sem acordo sobre esse simples fato, os caminhos dividem-se nitidamente. Pois caso não se valorize um determinado modo de produção da sociedade como o necessário quadro de intercâmbio social, serão admitidos, em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo o da educação (MÉSZÁROS, 2008, p. 25).

O autor marxista chama atenção para o caráter incorrigível do modo de produção e acumulação capitalista e que, historicamente, todas as estratégias de reformas, incluindo, na esfera da educação, não deram conta de abalar as estruturas do capital, tendo em vista que, por mais que os direitos sociais tenham como um de seus protagonistas a classe trabalhadora, no entanto, esses direitos não fugiram da ordem do capital. Assim, com referência a educação formal no modo de produção capitalista, esta serviu historicamente para formar quadros de trabalhadores qualificados para o trabalho e como mecanismo de vigilância, conformação e aceitação da ideologia dominante. Assim, é de vital importância o alargamento do entendimento do verdadeiro sentido da educação, apreendendo-a como a própria vida, ou seja, um

processo incessante de conhecimento e descobertas. Uma vivência e aprendizagem em todas as dimensões da vida social.

Para o autor, todas as estratégias empreendidas no âmbito da educação pelo capital e até mesmo pelos reformistas progressistas não romperam com a lógica do capital, alias, reforçaram⁵.

Assim, para o autor, a estratégia que deve ser adotada pelos que defendem e acreditam numa outra sociedade igualitária e sem a divisão em classe, é buscar romper com o domínio do capital, adotando medidas não apenas de ordem formal, mas de ordem essencial.

Para o autor, educar é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, suas possibilidades criativas e emancipatórias (MÉSZÁROS, 2008). Diante dessas considerações feita pelo pensador, educação é compreendida para além da sala de aula, dos muros acadêmicos. Diante do processo de domínio do capital, de seu ataque frontal e aberto à classe trabalhadora, a educação deve se emancipar para emancipar os sujeitos.

Educação em seu sentido ontológico não pode ser vinculada a mercadoria ou condicionada para prepara mão de obra para apenas produzir mercadoria. É uma esfera da vida social que eleva a capacidade criativa do homem, é uma estratégia de superação da alienação. Educação deve ser sinônimo de liberdade, do fazer crítico, criativo e propositivo.

Pensar a educação nesta perspectiva teórica já expressa uma das estratégias para romper com a lógica mercadológica é alargar as fronteiras do conceito educação. É pensar a educação para além dos espaços formais de ensino. É buscar a legitimação de outros valores, é a resistência aos processos de negação das diversas culturas e saberes. A educação no modo de produção capitalista reconta e distorce a história, nega, omite e obscurece os fatos. A educação nos moldes do capital deposita o “conhecimento” aceito hegemonicamente. A educação emancipatória desperta e aguça a curiosidade, valoriza o processo verticalizador ensino-aprendizagem-ensino.

⁵ Para Smith, Mészáros (2008) chama atenção para o seu caráter moralizador, defendendo como educação o controle do tempo de lazer, entendido por esse como um momento de ociosidade pernicioso aos bons costumes. Por isso, o tempo de lazer deve ser substituído por atividades “educativas” e assim, os trabalhadores não se deixariam levar pela embriaguez, vadiagem e libertinagem. Já para o grande reformador liberal, Owen, defende o treinamento, o aperfeiçoamento do uso da razão como estratégia educacional. Para Mészáros (2008) “o que torna esse discurso extremamente problemático, não obstante as melhores intenções do autor, é que ele tem de se conformar aos debilitantes limites do capital” (MÉSZÁROS, 2008, P.31).

A educação do capital condiciona o trabalhador, disciplina para o trabalho abstrato, despido de sua dimensão concreta, específica. Impõe valores, costumes, internaliza a moral dominante e faz o trabalhador negar sua própria história, suas raízes e crenças.

A educação do capital coloca os homens numa arena de competição, onde os vencedores sempre serão os que conseguiram alcançar o alvo, fizeram a sua parte. Os que não conseguem significa que não se esforçaram tanto, não lutou. Assim, a educação do capital funciona como adestramento dos fortes e punição dos fracos.

Se muita coisa mudou nos dias atuais, no entanto, essas mudanças não foram suficientes para abandonar o caráter repressor, moralizador e ideologizador da educação do capital. Assim,

Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de *romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*, seria um milagre monumental. É por isso, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser *formais*; elas devem ser *essenciais*”. Em outras palavras, elas devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida (MÉSZÁROS, 2008, p.45).

225

A fase conhecida como anos de ouro do capital é conhecida também como a fase de consolidação das políticas sociais. Sem dúvidas, as políticas sociais têm seu chão histórico, político e econômico. A realização das políticas sociais naquele período do capital demonstrou de fato o processo de amadurecimento da luta política da classe trabalhadora, sobretudo, demonstrou a capacidade estratégica política do capital em avançar no seu processo de acumulação. Se, foi um período de ganho na área social, foi um momento de perdas das forças contestadoras mais contundentes, pois, é período que marca “o abrir mão de outra realidade possível”.

As políticas sociais implementadas com os chamados Estados de Bem Estar Social, incluindo as políticas de educação, não romperam com a estratégia econômica do capital. O avanço no processo de formação profissional nesse período foi bastante vantajoso para o capital para o aumento do domínio do capital no mundo. Assim, para se pensar outra educação, uma “educação para além do capital” é:

[...] preciso ser confrontado e alterado fundamentalmente [...] *todo sistema de internalização*, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa *concreta* abrangente (MÉSZÁROS, 2008, p.47).

É seguindo essa linha de raciocínio que o autor chama atenção para a importância de se pensar a educação atrelada ao trabalho. Para ele, “a autoeducação de iguais e a autogestão da ordem social reprodutiva não podem ser separadas uma da outra” (MÈSZÁROS, 2008, p.74). A educação em seu sentido ontológico, permite o homem de reconhecer no seu trabalho. Que suas capacidades criativas se desenvolvam e caminhem juntamente com um trabalho livre da alienação, da exploração. Ou seja, o processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza, ao mesmo tempo, modifica sua própria natureza (MARX, 1988).

Uma sociedade em que todos trabalhem num tempo e quantidade adequada para que os homens possam desfrutar de outras atividades criativas, lúdicas, prazerosas. Onde os homens possam desfrutar o ócio. Pensar a educação permanente é pensá-la para além da escola, da moldagem do conhecimento pelo capital, pois, segundo Neves (2008):

A escola dividida em níveis e modalidades é inerente à hierarquização que se estabelece na produção efetivamente capitalista de mercadorias, de natureza flexível, baseada na variação do trabalho e na própria especificidade da produção da vida em formações sociais que se ocidentalizam. Desde os seus primórdios, portanto, a escola detém uma dupla e concomitante finalidade – a formação técnica e a conformação ético-política para o trabalho/vida em sociedade –, que vai se metamorfoseando de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e com as mudanças nas relações de produção, nas relações de poder e nas relações sociais gerais, para que possa garantir ao mesmo tempo a reprodução material da existência e a coesão social (NEVES, 2008, p. 24).

226

Diante dessas resumidas linhas, percebe-se que o conceito de educação que defendemos não é uma educação-mercadoria e nem a mercadoria educação.

Sobre esses dois conceitos referidos, Rodrigues (2007) chama atenção para o avanço do processo de mercantilização da educação superior, em todos os níveis, incluindo, a pós-graduação. Nesta sociedade, a educação vem perdendo seu *status* de esfera de aprendizagem, parte indissociável da existência do homem, da própria vida. Tornou-se um negócio altamente lucrativo para o capital, tanto como um serviço prestado, vendido, ou como um insumo útil à produção de uma mercadoria. Para o autor, na sociedade da busca desenfreada por lucros:

Existem duas formas básicas de a burguesia, isto é, o capital, encarar a educação escolar: educação-mercadoria ou mercadoria educação. Cada uma dessas perspectivas se liga diretamente à forma que o

capital busca a autovalorização e cada uma delas é face de uma mesma moeda, ou seja. São formas sob as quais a mercadoria se materializa no campo da formação humana (RODRIGUES, 2007, p.5).

Assim, se a educação estiver subordinada aos interesses do capital comercial, essa será tratada como educação-mercadoria, ou seja, o capital se valoriza através da venda serviços educacionais. Se estiver subordinada ao capital industrial, será tratada como mercadoria-educação, ou seja, será uma estratégia do capital industrial como meio de produzir mais mercadorias.

Sobre a educação-mercadoria, a oferta dos serviços educacionais é acompanhada da lógica de redução do controle estatal. A iniciativa privada fica a cargo de fornecer os serviços educacionais, onde nem sempre a qualidade do serviço prestado é um dos objetivos. Isso é visível claramente no Brasil desde a Ditadura Militar, onde houve uma reforma da Educação Superior, a qual privilegiou a iniciativa privada.

Ao analisar o acesso a educação superior no Brasil, e tomando como referência o pesquisador Florestan Fernandes, o Brasil ao adentrar no capitalismo ainda que de forma retardatária e dependente, precisou de mão de obra para os novos rumos que o país tomava. Todavia, isso não significou uma revolução na educação; mas o mesmo pesquisador (1975) destaca que o avanço na educação significou um conjunto de avanços relativos, e marcado historicamente pelo privilégio da classe dominante.

Na Ditadura Militar, a educação é tratada pelo autor como um “milagre educacional”. O governo cria a ilusão da democratização do acesso e, de forma concreta o que se observava era a expansão do ensino superior privado, ou seja, a mercantilização da educação.

O desenvolvimento do capital exigiu do país uma capacitação da força de trabalho. Assim, o debate acerca da modernização da educação superior nos moldes burguês passa a ser travado na década de 1960. Através da Lei 5.540 (de 28-11-1968) ocorre, segundo Fernandes (1975), a “reforma universitária consentida”. “Com a reforma universitária consentida e conduzida pelo regime burguês-militar ocorreu uma nova “senilização precoce”. Foram realizadas mudanças que não alteraram, contudo, o padrão dependente de educação superior.” (LIMA, 2013, p.16).

Estudando a evolução da educação superior desde a Ditadura, observa-se que, ainda que tenha ocorrido uma expansão no acesso a educação, todavia, a lógica mercantil prevaleceu e vem se acentuando. Para Neves (2007), a educação é

marcada pela diferenciação no acesso aos tipos de formações ofertadas na educação brasileira:

[...] ao longo do período 1964-1985 e amparados na legislação vigente, os empresários educacionais e a Igreja Católica continuaram a ter um papel importante na formação de tipo propedêutico ao ensino superior, facilitando a passagem dos filhos das frações superiores das camadas médias e da burguesia em geral do ensino de 2º grau à educação superior. Aos filhos dos trabalhadores e das camadas inferiores da classe média, frequentadores da rede pública do 2º grau, essa passagem ficou praticamente interdita pela insuficiência na sua formação geral decorrente da profissionalização compulsória desse nível de ensino. As opções desses grupos ficaram restritas aos cursos superiores ministrados em instituições isoladas, aos cursos oferecidos pelo ramo tecnológico, ao sistema de formação gerenciado pelo empresariado (Sistema S) ou, ainda, ao ingresso direto no mercado de trabalho (NEVES, 2007, p. 47).

O Estado legitima e cria mecanismos para dar continuidade à concepção da educação de qualidade para os ricos, enquanto isso, os trabalhadores são “educados” para serem explorados em trabalhos que não exigem maiores investimentos intelectuais. Essa realidade vem se acentuando com o avanço da precarização da formação profissional, principalmente pelo sucateamento das universidades públicas e avanço da modalidade EAD e crescimento exponencial das Instituições de Ensino Privadas. Observa-se o aumento considerável de universidades, faculdades e centros universitários e tecnológicos privados, cursos à distância e os programas do governo que privilegia o setor privado, como o PROUNI e o FIES.

É notório que nos últimos anos houve uma expansão no acesso à educação superior. Historicamente o acesso à educação superior sempre se deu de forma elitizada, a criação desses programas contribuíram para parcelas da classe trabalhadora se inserir no âmbito universitário. Não se pode negar o avanço, porém, o Estado privilegia o setor econômico em detrimento do social. O aumento de alunos inseridos no ensino superior não se deu majoritariamente pelo crescimento de instituições públicas no país, não houve uma preocupação do Estado em investir na qualidade e expansão da educação pública, ao contrário, o Estado através desses programas supracitados e outros mecanismos, fortaleceu e legitimou as instituições privadas de ensino superior. Isso reforça a mercantilização da política educacional no Brasil, uma vez que o Estado canaliza recursos para as instituições privada e apoia através de incentivos fiscais quando as mesmas aderem a esses programas. Além do mais, esses programas são altamente seletivos para os alunos se inserirem, uma

vez que a renda deve ser compatível ao que está estabelecido no programa, além de outros critérios.

Segundo as Notas Estatísticas do Censo da Educação Superior de 2016, há a continuação do avanço das IES privadas. São 2.407 IES, das quais, 2.111 são privadas e 296 são públicas. Ou seja, 87,7% das instituições de educação superior são privadas. Isso reforça a tese de que a educação no Brasil tornou-se um mercado em crescimento.

Ainda que se tenha ocorrido avanços no acesso a educação superior no Brasil, isso não significa dizer que estamos num processo de democratização da educação de qualidade e pública, nem tão pouco que a educação ofertada seja de fato um *locus* privilegiado, onde se possa de fato construir estratégias para romper com o capital. Também, não tem como desconsiderar as forças e as resistências no interior dos espaços formais de educação. Mas a educação precisa romper os muros da mera escolarização, precisa se emancipar e, isso só se faz com luta coletiva.

Não podemos deixar de considerar os avanços no campo da educação com a promulgação da Constituição Federal de 1988, porém, seguindo as exigências dos organismos internacionais, sobretudo, a partir da década de 1990, o que se tem observado é um direcionamento na política educacional marcada pela focalização, privatização, redução de investimentos nesta política social.

Se há de fato, hoje, uma educação no e para o capital, urge avançarmos numa formação permanente, universal, para além da sala de aula, para além do capital.

3. Formação profissional permanente em Serviço Social: um projeto em construção ou em desconstrução?

Falar da formação permanente do Serviço social em um dos espaços possíveis para esse processo não é muito fácil, uma vez que estamos falando de uma pós-graduação *lato sensu*, em Universidade Privada e com pouquíssimos estudos sobre essa temática especificamente. Os estudos sobre educação e/ou educação permanente vem privilegiando mais o nível de graduação, pós-graduação *stricto sensu* e outros espaços de formação permanente, entre eles, os espaços de trabalho dos assistentes sociais.

No entanto, consideramos importante analisar as possibilidades de materialização da formação permanente de Assistentes Sociais no espaço formal de

educação, e pós-graduação multiprofissional, em uma universidade privada. Espaços de formação profissional como esse, carregam algumas complexidades que merecem serem analisadas. Na contemporaneidade, a educação no Brasil vem sofrendo com mais intensidade os ataques da ofensiva neoliberal, o que vem trazendo impactos seríssimos em projetos coletivos de formação profissional que estão preocupados com a qualidade da formação, que busca formar profissionais comprometidos com outra sociabilidade, onde a liberdade seja de fato uma realidade e não impere a alienação e nem a coisificação das relações sociais. A educação deve assim, proporcionar ao homem a possibilidade deste se reconhecer como sujeito criativo e enxergar na sua produção o fruto do seu trabalho. Onde não haja um estranhamento do sujeito sobre o objeto.

As mudanças avindas com a luta do capital em superar a crise que assola desde a década de 1970 vêm reorientando o mundo do trabalho e as políticas sociais para não serem entraves à realização do mais valor, do lucro do capital. A educação ofertada não vem descolada dos interesses de obtenção de lucros dos grandes capitalistas, sejam eles, capitalistas financeiros ou industriais. No nível da educação para gerar mercadoria, temos uma universidade moldada para o avanço da tecnologia para produzir mais valor, com poucos trabalhadores no processo produtivo e níveis alarmantes de exploração. E nesse cenário que observamos no Brasil, o processo de modernização sistêmica, “um período de real reestruturação produtiva, ou seja, de adoção de estratégias de caráter mais global” (RODRIGUES, 2007, p14). Assim, é moldado o:

[...] cenário social, político e econômico que, primeiramente, os industriais reorganizaram o discurso com o objetivo de tornar a sociedade brasileira numa *economia competitiva*. Para a burguesia industrial, tudo precisaria ser repensado, todas as estruturas sociais necessitariam ser (re) conformadas aos novos desafios, inclusive a mercadoria-educação superior, encarada por essa fração da burguesia como um “insumo” ao processo produtivo, isto é, o insumo necessário à expansão do seu negócio (RODRIGUES, 2007, p. 14-15).

Por outro lado, a burguesia comercial busca sua fatia do bolo, avançando no processo de mercantilização da educação e transformando uma dimensão da vida social em serviços a serem vendidos de acordo com o mercado consumidor. Daí tem ofertas de cursos de todas as formas, desde os mais baratos aos mais caros, presencial, semipresencial e à distância, com qualidade, pouca qualidade e nenhuma qualidade.

É diante desse contexto desolador que o Serviço Social manifesta-se em defesa de uma formação permanente, compromissada com a defesa da formação profissional dos assistentes sociais e com o projeto ético político hegemônico da categoria profissional. Se o espaço formal de ensino não é único espaço de formação permanente, este é um espaço privilegiado, pois, é (ou deveria ser) um espaço que estuda, ensina e pesquisa.

Assim, em 2012, o conjunto CFESS/CRESS lança a Política de educação permanente, a qual deve ser compreendida no:

[...] contexto histórico, político e econômico, considerando as transformações societárias e os interesses vigentes das classes sociais, tendo em vista que estas transformações vêm influenciando o trabalho, a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS educação e a formação profissional no século XXI (CFESS, 2012, p. 19).

Assim, a formação profissional defendida pelo Conjunto CFESS/CRESS recusa a máxima da formação continuada, onde há uma ênfase na tecnificação, na conformação para o capital, desnudada da criticidade, da apreensão da realidade contraditória e mutável.

Pensar, defender e implementar essa estratégia política da categoria profissional é fazer frente ao processo de precarização da formação em Serviço Social, é pensar uma formação permanente desde a graduação.

Segundo dados do Conselho Federal de Serviço Social⁶, há cerca de 160 mil assistentes sociais no Brasil. Nos últimos anos houve um avanço considerável na procura pelo curso de Serviço Social no Brasil, um fenômeno que demonstra um reconhecimento dessa profissão, os avanços de algumas conquistas sociais⁷, mas também, um crescimento inchado dos cursos de Serviço Social, descolado da qualidade.

Segundo os dados do Censo da Educação Superior, de 2016, em 2011, o Serviço Social ocupava a 6ª posição no *ranking* de curso superior com os maiores números de matrículas, ou seja, nesse ano foram 143.198 matrículas. Com relação ao ingresso no curso, o Serviço Social ficou em 8ª posição, 50.371 ingressantes no curso e, com relação à conclusão, ficou em 7ª posição, com 20.717 concluintes.

⁶ <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>

⁷ A implantação do Sistema único de Assistência Social, em 2005, caracterizou como um dos campos de atuação que contribuiu para absorver a mão de obra de Assistentes Sociais no Brasil, ainda que, em sua maioria, seja contratos precários de trabalho.

Esses dados são importantes para ter uma dimensão de quanto essa profissão cresceu nos últimos anos e, também, para refletirmos sobre os desafios à formação permanente e de qualidade, diante de toda ofensiva neoliberal, que não só atinge o Serviço Social, mas ao sistema de educação brasileiro em todas as modalidades de ensino. Para o Serviço Social, esse ataque traz sérios rebatimentos, um desses rebatimentos é o desafio coletivo de fazer frentes à esses ataques. Porém, mesmo diante de uma luta tão desigual, o Serviço Social vem dando seu tom nos debates e, vem provendo e desenvolvendo documentos e divulgando à população e aos assistentes sociais e instancias coletivas que defendem a educação de qualidade.

Infelizmente, não há na bibliografia do Serviço Social, estudos consistentes acerca da educação permanente dos assistentes sociais nos cursos de pós-graduação lato sensu, o que acaba trazendo limites para pesquisas que tenha como objeto de estudo essa área. Cabe aqui uma observação considerável: segundo o documento, “Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o Estudo do Perfil Profissional” - o qual foi construído pelo Conselho Federal de Serviço Social juntamente com a Universidade de Alagoas (UFAL), em 2005 -, a maioria dos Assistentes Sociais no Brasil possuem apenas a graduação (55,34%), seguindo da titulação de especialistas (36,26), ou seja, pouco mais de 1/3 dos assistentes sociais até aquele ano eram especialistas. Diante dessa realidade, consideramos de suma importância à categoria profissional reforçar os estudos nessa modalidade de qualificação profissional. A fiscalização por parte da Associação Brasileira em Ensino e Pesquisa em Serviço Social e demais instâncias, aos cursos que ofertam matrículas para assistentes sociais é de fundamental importância para dar continuidade à política nacional de educação permanente em Serviço Social.

Um estudo realizado por Simões⁸ (2012) com base nos dados da série das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios, dos anos de 2001-2009, revela que 95,6% dos assistentes sociais só possuem graduação. Esses dados preocupam muito, pois trazem muitas indagações sobre os reais motivos que impedem os assistentes sociais a darem continuidade à qualificação profissional.

Assim, diante de tudo que foi tratado até aqui, cabe uma análise mais detalhada sobre a realidade de um curso de pós-graduação e sua contribuição para formação permanente dos assistentes sociais na contemporaneidade, apreendendo os limites e

⁸ Livro intitulado “Assistentes Sociais no Brasil: Um estudo a partir das PNADS”, de autoria de Pedro Simões.

possibilidades para a materialização da política de Educação Permanente defendida pela Categoria profissional.

4. Formação permanente no Serviço Social. Por que e para quê? Reflexões a partir da apreensão de assistentes sociais acerca dos desafios e da contribuição do Curso de Especialização em Políticas Sociais da UNIGRANRIO à formação permanente no Serviço Social diante do avanço do ideário liberal de educação-mercadoria

A pesquisa ora apresentada foi realizada com 13 assistentes sociais matriculadas e cursando a Especialização em Políticas Sociais, do ano de 2016.1, do Programa de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da universidade UNIGRANRIO. A turma era composta 18 alunos: duas advogadas, uma dentista, uma administradora e 14 assistentes sociais⁹. Como a pesquisa refere-se ao estudo sobre educação permanente no âmbito do Serviço Social, a pesquisa só teve como universo, as assistentes sociais inseridas nesse curso de Pós-graduação.

Trata-se de uma pesquisa exploratória para alcançar os objetivos propostos, com a utilização da pesquisa de campo para ter acesso aos dados que serão analisados qualitativamente. Os instrumentos de coleta de dados foram entrevistas com grupos focais e aplicação de questionário.

Foram realizadas duas entrevistas com a utilização de grupo focal. No primeiro grupo focal foram entrevista as assistentes sociais que estavam atuando na área de serviço social, um total de 04 assistentes sociais. No segundo grupo focal foram entrevistadas as assistentes sociais que não estavam atuando na área de Serviço Social, um total de 09 assistentes sociais. A justificativa para a utilização dessa técnica se dá pelo fato de considerarmos que, as assistentes sociais que estão atuando têm outros elementos importantes relacionados ao seu trabalho. Como a discussão pretendida é sobre educação permanente, são pertinentes as informações sobre as experiências no campo de atuação, uma vez que esse espaço expressa um local privilegiado para a materialização da formação profissional permanente. Com relação ao grupo de assistentes sociais que não estão atuando, também é relevante e importante entendermos os reais motivos que a levaram a cursar uma pós-graduação,

⁹ A pesquisa foi realizada com 13 assistentes sociais, pois, a pesquisa em tela, é desenvolvida por uma das assistentes sociais inseridas no curso e, por isso, não pode ser incluída na pesquisa.

se foi de fato, uma forma de materialização da formação profissional permanente ou o interesse em conseguir uma inserção no mercado de trabalho, ou até mesmo essas e outras motivações.

4.1 Perfil socioeconômico, profissional e acadêmico das assistentes social inseridas no Curso de Especialização da UNIGRANRIO e as condições objetivas para a materialização da formação permanente no Serviço Social

O perfil socioeconômico das profissionais entrevistadas foi traçado para entender ou buscar apreender a relação desse perfil com a educação permanente, uma vez que, às condições econômicas, a inserção ou não no mercado de trabalho trazem desafios maiores para o profissional dar prosseguimento aos estudos nos espaços formais de ensino, além de dificultar a participação dos profissionais em outros espaços ricos de possibilidades de dar prosseguimento à educação permanente, entre eles, os espaços de atividade política. Também se busca apreender a relação entre esse perfil profissional, a escolha por este curso de Especialização e a escolha pela instituição de ensino.

A maioria das assistentes sociais entrevistadas e que responderam o questionário, são moradoras da Baixada Fluminense. 61.5% moram na Baixada Fluminense, 38.5% moram na cidade do Rio de Janeiro. Com isso, observa-se que o fator moradia pode ter influenciado a decisão de cursar a Especialização na universidade UNIGRANRIO, tendo em vista que, o curso fica localizado no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Associado a isso, na entrevista, foi constatado que 69.7% das entrevistadas são egressas do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO. As demais (30.3%) foram formadas em instituição de ensino superior pública. Aqui merece uma observação importante, pois esses dados ratificam as informações apresentadas atrás, onde destacam o empresariamento da formação profissional ao longo dos anos, fator esse corroborado também por políticas educacionais do governo federal, alinhadas aos interesses empresariais, a exemplo o Programa Universidade para Todos - PROUNI e Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, associado ao desmonte das universidades públicas com as contrarreformas neoliberais.

Ainda com relação aos motivos que as levaram à escolha da instituição de ensino superior, segundo as assistentes sociais egressas do Curso de Serviço Social

da UNIGRANRIO, a qualidade da formação que tiveram na graduação foi um fator importante para escolherem a pós-graduação. Outros fatores que foram ressaltados estão relacionados ao desconto ofertado para os ex-alunos da UNIGRANRIO e o interesse pela temática de Políticas Sociais, uma vez que, os assistentes sociais atuam diretamente com as políticas sociais.

Com relação à composição familiar, 46% tem composição familiar de 02 pessoas, 23% de 04 pessoas, 23% moram sozinhas, 7.7% com 03 pessoas. Como pode observar, são famílias com poucos membros, o que facilita de certa forma, investir parte da renda familiar numa pós-graduação. Mas não é só esse fator que explica esse investimento nos estudos. Essa realidade da composição familiar das entrevistadas acompanha as mudanças dos tipos de família no Brasil. Segundo o Portal G1, de 2005 a 2015, houve uma queda no número de casais com filhos, de 50.1% para 42.3%, e um aumento de casais sem filhos, de 15,2% para 19,9%. Houve também uma redução no número de mulheres sem cônjuge e sem filhos, de 18,2% para 16,3%. O número de pessoas morando sozinha também apresentou um aumento de 10,4% para 14,6% dos anos de 2005 a 2015.

Como se observa, a composição familiar das entrevistas segue às mudanças demográficas e sociais dos últimos anos no Brasil. Enquanto a taxa de fecundidade caiu de 2,38% filhos por mulher em 2000 para 1,9% em 2010, neste mesmo ano, as mulheres também foram apontadas como maioria entre os estudantes universitários de 18 a 24 anos - 57,1% do total.

Sobre a participação na vida econômica de sua família, no total, 84,6% destas profissionais trabalham, sendo, 30,8% como assistente social e, 53,8% em outras áreas. Das que estão trabalhando (tanto como assistente social, como em outras áreas), 53,8% são responsáveis pelo sustento da família e 23,1% trabalham, mas não têm independência financeira. Das que não trabalham; 7,7% têm seus gastos custeados por familiares e, 7.7% não trabalham e é independente financeira, mas não informaram de donde tiram a renda para serem independentes financeiramente.

A renda familiar da maioria das entrevistadas (53,8%) é de 4 a 6 Salários Mínimos, seguidos de até 03 salários mínimos (38,5%) e de 7 a 9 salários mínimos (7.7%).

Diante desses dados pode se contatar que esse breve perfil socioeconômico dessas profissionais revelam que a maioria é composta por alunas trabalhadoras, e que não estão atuando na área de Serviço Social e, que tem a responsabilidade pelo

sustento da casa. Isso também está relacionado às mudanças demográficas e sociais no Brasil, pois, segundo os dados IBGE, entre as famílias com filhos, as mulheres eram apontadas como referência mesmo tendo um cônjuge em 4,8% dos casos em 2005; já em 2015, o percentual saltou para 15,7%.

Com relação à carga horária das profissionais que atuam como assistente social, observamos que a carga horária da maioria é superior às 30 horas conquistadas formalmente pela categoria profissional, revelando assim, que ainda há um longo caminho entre o que está definido em lei e que o que vem ocorrendo. No entanto, há uma bandeira de luta do conjunto CFESS/CRESS¹⁰, pois esses órgãos de representação da categoria profissional entendem que uma jornada de trabalho regulamentada e respeitada é um direito inerente à condição de trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho e, de fundamental importância para qualidade de vida do profissional e para a realização de seu trabalho. A jornada extensa de trabalho impede o profissional de participar de outros espaços de grande potencial para a materialização da formação permanente. Como se vê, é uma realidade complexa e difícil para essas profissionais, mas, para as profissionais que atuam em outras áreas, as quais cumprem uma carga horária de 44 horas semanais, a situação ainda é pior, pois nem estão atuando ou fazendo aquilo que qualificaram na graduação.

236

Assim, só resta para esse perfil de profissionais estudados, abdicarem do seu dia de folga para estudar, tanto para qualificar sua força de trabalho e ter um currículo mais atrativo para o mercado, quanto buscar estratégias para não deixar o seu fazer profissional cair na rotina, no burocratismo. Inclusive, a questão do dia do curso foi também um dos motivos que pesaram na escolha pelo curso. Segundo uma das entrevistadas:

[...] enquanto classe trabalhadora, o acesso à educação privada é muito mais fácil, infelizmente. A gente luta pela educação pública de qualidade, só que a universidade pública, às vezes, fecha a porta para uma pessoa que trabalha. E a instituição privada por diversas questões, por ser privada, acaba que ela te abre mais leques de opções, pra que você possa estudar num sábado, o dia inteiro (A.S 02).

Na fala de outra entrevistada, afirma que pelo fato do profissional ter que trabalhar não pode dedicar muito tempo aos estudos, o que acaba impedindo de se

¹⁰ http://www.cfess.org.br/arquivos/documentofavoravel_plc152-2008_final.pdf.
<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/473>.

inserir numa pós-graduação numa instituição pública. Segundo ela, a “universidade pública exige muito!” “Não há como um profissional que trabalha ter o mesmo desempenho e nem disponibilidade de estudar igual aos que saem direto da graduação para uma pós-graduação”.

Na fala de ambas, há o retrato da realidade brasileira, infelizmente, a maioria dos trabalhadores, sobretudo, dos segmentos mais explorados da classe trabalhadora, quando conseguem se inserir na universidade, essa inserção se dá via universidade privada. Se tratando de dar continuidade aos estudos, essa realidade piora, pois, a maioria, busca o curso superior para se inserir no mercado de trabalho. Ao conseguir se formar e se inserir no mercado de trabalho, muitos vão sendo levados pela rotina exaustiva de trabalho e acabam deixando de lado a continuação dos estudos. O outro lado da moeda é ainda mais perverso. Muitos concluem o curso superior e não conseguem emprego e vão buscando estratégias de sobrevivência em trabalhos precários, que não dão condições objetivas para os profissionais continuarem estudando.

Nesta pesquisa, constatou-se que, de um universo de 13 assistentes sociais inseridas no Curso de Especialização em Políticas Sociais, somente 04 estão atuando na área de Serviço Social, 07 estão empregadas em outras áreas e 02 estão desempregada. Ou seja, temos apenas 30,8% atuando como assistente social e, 69,7% sem estar atuando na profissão que se formou.

Assim, para essas profissionais que não estão atuando como assistente social fica inviável “desenvolverem progressivamente, saberes gerados e baseados no próprio processo de trabalho” (MAGALHÃES, 2016, p. 93). O desemprego na área do Serviço Social e com as condições precárias de trabalho, tanto com relação às formas de contratações, salários e condições de trabalho, fica difícil para os profissionais avançar na política de educação permanente defendida pela categoria profissional. O espaço formal de ensino, portanto, se torna uma considerável alternativa para avançar no processo de educação permanente, associado à qualificação para o mercado de trabalho, uma vez que não podemos esquecer que os assistentes sociais são trabalhadores e que precisam vender sua força de trabalho para reproduzir sua força de trabalho. Os salários devassados e poucos espaços de absorção de mão de obra de assistentes sociais poderão contribuir com a precarização da formação profissional, a qual já anda sendo bastante atacada com a contrarreforma liberal e o ataque à educação no Brasil.

4.2A relação entre a inserção no Curso de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Programa de Pós-graduação da UNIGRANRIO e a formação permanente em Serviço Social

Neste eixo de análise, busca-se apreender a importância do Curso de Especialização em Políticas Sociais para a Política de Educação Permanente defendida pelo Serviço Social. Serão analisadas as respostas das entrevistadas, das questões relacionadas à definição de educação permanente, a contribuição do curso para o aprofundamento do conhecimento acerca das relações sociais no bojo da sociedade capitalista, o incentivo ao avanço na formação profissional e em atividades políticas.

A maioria das entrevistadas informou que o termo “educação permanente” é algo novo pra elas. Disseram que na visão delas, “educação permanente” e “educação continuada” são sinônimas. Segundo umas das entrevistadas:

Eu não vejo diferença entre educação permanente e continuada. É, porque na minha cabeça, as duas iguais, e, pra mim, seria um processo de capacitação, de retroalimentação da sua prática. Então, você precisa estar continuamente atualizada, precisa estar se capacitando [...]. Não é só uma via, estar só na academia ou só na prática, porque você acaba sendo engolida por essa prática, sem acaba esquecendo sua matriz teórica (AS 3).

238

Apesar de o conceito ser novo para as profissionais, a maioria conseguiu em suas falas, tratar de vários elementos da educação permanente defendida pelo Serviço Social. As profissionais entendem que a educação permanente se faz em articulação entre os espaços de trabalho, a academia, nas capacitações, na atividade política e áreas afins. Assim, educação é algo que faz parte da vida social, é um processo em vida, uma roda incessante de construção de saberes, ou seja, a educação, “é uma prática social, portanto, requer interação entre os sujeitos e destes com a sociedade, nesse aspecto é formação” (CFESS, 2012, p. 9).

Diante disso, a educação permanente se contrapõe à lógica da educação continuada, pois, além de valorizar outros espaços como *lócus* privilegiados de se desenvolver a educação permanente, também se contrapõe ao ideário mercadológico que vem avançando nos espaços formais de formação superior. Assim:

A Política de Educação Permanente se contrapõe à lógica instrumental abstrata, do chamado Capital Humano, tão difundido pelo modelo de acumulação flexível e reforçado no ideário neoliberal, que reduz a noção de formação continuada a um conjunto de treinamentos

esparços, para atender às demandas mais imediatas do mercado. Sob o argumento de valorização do conhecimento, exige-se do/a trabalhador/a processos contínuos de reciclagens e aprendizados que, nesta tese, os/as torna “aptos/as” a assimilar rapidamente novas formas de controle e gestão dos processos de trabalho, cada vez mais atomizados e fluidos, característicos da chamada produção flexível [...]. Esconde-se, sob a roupagem da suposta valorização do conhecimento, a possibilidade de ampliar o gerenciamento, o controle e os lucros dos processos de produção e reprodução ampliada do capital sobre o trabalho (CFESS, 2012, p. 22).

Diante do avanço do ideário de educação-mercadoria, faz-se necessário ter muita cautela por parte dos assistentes sociais e da categoria profissional a oferta de cursos de graduação e pós-graduação. Um assistente social comprometido com a qualidade do atendimento prestado ao público usuário e com a construção de outra sociabilidade mais igualitária, não deve buscar um curso de qualificação profissional apenas para tecnificar a sua mão de obra, mas, ampliar o horizonte do conhecimento e orientá-lo para a luta contra todo tipo de exploração e alienação. Deve ser um conhecimento que proporcione a transformação na visão de mundo e a escolha consciente do mundo que queremos.

Na ótica das entrevistadas, o curso a qual estão inseridas vem dando conta de ampliar o conhecimento sobre as contradições, a complexidade e os níveis de exploração da sociedade capitalista, bem como, tem possibilitado a elas, um arcabouço teórico para avançar no seu processo de qualificação profissional crítica. Inclusive, durante as entrevistas, a maioria afirmou que vão buscar outros espaços de formação permanente.

Sobre o perfil profissional, 92,3% das entrevistadas possuem apenas a graduação e estão cursando essa especialização. No entanto, a maioria afirmou que pretende cursar outra pós-graduação (76,9%). Com relação à atividade política, 76,9% não participam de atividades política, mas afirmaram que estão sempre sendo incentivadas pelos professores à participarem desse tipo de atividade, a qual também caracteriza-se como um espaço de educação permanente. A atividade política fortalece a luta de classe, o sentimento de pertencimento à classe trabalhadora. É uma arena capaz de influenciar decisões política que repercutirá na estrutura econômica do país, contribuindo assim, para o avanço de projetos contra hegemônicos e disputa pela direção do Estado brasileiro.

4.3 Interlocução das disciplinas da matriz curricular do Curso Especialização em Políticas Sociais Do Programa de Pós-Graduação da UNIGRANRIO com os núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional

Neste eixo, busca-se apreender a interlocução da matriz curricular do Curso de Especialização em Políticas Sociais da UNIGRANRIO com a perspectiva de formação defendida pelo Serviço Social. Assim, com base na pesquisa realizada com as assistentes sociais inseridas nesse curso, a presente análise privilegiará a discussão sobre os desafios e limites dessa interlocução.

Segundo Brotto (2015) a matriz curricular do Curso Especialização em Políticas Sociais da UNIGRANRIO está estruturada em três módulos, os quais são: O Significado Sócio-histórico das Transformações da Sociedade Contemporânea e suas interfaces com a gênese das Políticas Sociais; A Política Social no cenário Brasileiro: fundamentos para uma análise histórica e Políticas Sociais: formação e expressões em desenvolvimento no Brasil. De acordo com essa proposta, observamos que na construção do Curso, houve uma preocupação teórica, política e ética dos idealizadores com o diálogo da matriz curricular com os núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional, cabe apreender se de fato, quais os limites e as possibilidades para a materialização desse diálogo preconizado nos pressupostos metodológico do Curso.

As Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social é fruto de um processo de amadurecimento, a qual teve seu desdobramento no processo de revisão curricular do Serviço Social, a qual orienta tanto a formação em nível de graduação, como de pós-graduação.

As propostas encaminhadas pela ABESS¹¹ ao Conselho Nacional de Educação têm como pressupostos: o Serviço Social tem sua particularidade nas relações de produção e reprodução das relações sociais, esta é uma profissão interventiva, sua matéria-prima é a questão social, esta enfrenta as múltiplas expressões da questão social, resultante deste sistema desigual e contraditório; as mudanças nas relações de produção, o agravamento e surgimento de novas expressões da questão social repercutem no mercado de trabalho deste profissional, e o seu trabalho é perpassado pela forma que a questão social se apresenta em cada momento histórico, bem como

¹¹ Associação Brasileira de Ensino em serviço Social, atualmente, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

a forma que a mesma é enfrentada, dentro de um cenário de constantes embates entre burguesia e proletariado.

Portanto, as novas diretrizes curriculares apontam e defendem uma formação profissional atrelada as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Diante dessas considerações, é importante tanto na graduação, como na pós-graduação, a reflexão sobre a importância das Diretrizes Curriculares para orientar a formação profissional.

Com relação à pesquisa realizada, a maioria informou que não tem muita clareza acerca do conteúdo das Diretrizes Curriculares.

Com relação à matriz curricular do curso, a maioria apontou como deficiência alguns pontos que merecem algumas reflexões, entre eles, o conteúdo passado de algumas disciplinas, a carga horária de algumas matérias, a ausência de matérias importantes para o curso e as matérias ofertadas a distância (EAD).

As entrevistadas relataram que sentiram deficiência de conteúdos de algumas disciplinas. O título da disciplina apontava para algo maior do que o que de fato foi passado nas aulas. Informaram que faltou didática de alguns professores, o conteúdo trabalhado em sala de aula, às vezes, ficou muito limitado ao Curso de Serviço Social, sendo que o curso é multiprofissional.

Quanto à carga horária, houve muitas críticas em relação às matérias de Saúde, Assistência e Previdência Social, com 32 horas cada módulo. Por serem as políticas do Tripé da Seguridade Social, as entrevistadas afirmaram que deveria ter havido mais tempo e aprofundado no conteúdo. Também questionaram o fato de não ter na matriz curricular, as políticas de educação, do idoso, da criança e adolescente e a de segurança pública e demais.

Quando questionadas a respeito das disciplinas ofertadas a distância, a resposta foi unânime: “não contribuiu em nada”.

O avanço na formação EAD no Brasil vem sendo uma estratégia de expansão de mercado, reforçando o ideário de educação-mercadoria, descolada em muitas das vezes, do compromisso com a qualidade do ensino. O objetivo é claro: lucratividade com poucos investimentos, uma vez que, contratam-se poucos professores, além de pouco investimento com manutenção com infraestrutura (salas, acesso à informática, apoio técnico, dentre outros). No Serviço Social, essa realidade traz muitos prejuízos, tanto à formação profissional quanto à qualidade dos serviços prestados pelo

profissional, isso se o profissional conseguir se inserir no mercado de trabalho. O assistente social é um profissional que trabalha diretamente com a população, se utiliza da linguagem, o instrumento por excelência do assistente social. Assim, a interação em sala de aula com os demais profissionais, com os professores; o contato com o material, ouvindo as explicações do professor, são momentos de vital importância para o desenvolvimento profissional e indispensável à formação permanente dos assistentes sociais.

Com relação à metodologia de ensino, a maioria respondeu que o Curso explorou novas abordagens de ensino, como por exemplo, a utilização de filmes, debates e seminários. Também informaram que se sentiram motivados a participar de outros espaços de formação profissional permanente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve com principal objetivo analisar a partir da apreensão das assistentes sociais inseridas no Curso de Especialização em Políticas Sociais do Programa de Pós-Graduação da UNIGRANRIO, quais princípios metodológicos norteadores da formação profissional nesse curso de especialização, e sua contribuição para a formação de assistentes sociais, no que tange a educação permanente defendida pelo Serviço Social. O que se pôde apreender com a pesquisa realizada com as assistentes sociais inseridas no supracitado curso é que, são muitos elementos para considerar numa análise para entendermos a complexidade em dar continuidade à formação permanente na academia, marcada pela forte presença do mercado comercial e por uma política educacional moldada pelos interesses neoliberal. Assim, a luta pelo o lucro se cruza com a luta pela qualidade do ensino e da formação. Nesta luta de classe, há alguns sujeitos protagonistas dessa queda de braço: os estudantes que estão comprando os serviços educacionais, a universidade privada e os profissionais que trabalham nesse espaço e que desenvolvem e implementam o curso. Assim, estamos diante de vários interesses em disputas. Diante disso, é imprescindível atentarmos para os micros poderes, sem desconsiderar os interesses mais amplos que regem a sociedade capitalista. Ficar atento à manifestação da luta de classe nos espaços de ensino formal, em instituições privadas pode ser uma rica estratégia para lutar por uma educação de qualidade e a possibilidade de materializar a formação permanente nos espaços de ensino formal e,

nesses espaços, desenvolver uma cultura de expansão da educação permanente para além da sala de aula.

Assim, pôde se constatar que a maioria dos profissionais que participou da pesquisa não está atuando na área de Serviço Social, e buscou o curso tanto para se inserir no mercado de trabalho, como também, para aprofundar o conhecimento, pois há uma clara preocupação com a qualidade na sua formação e em uma futura atuação profissional. São na sua grande maioria, profissionais apenas com a graduação e com pouca participação política, mas que têm consciência da importância dessa dimensão para a materialização da formação permanente. Observa-se também que o Curso proporcionou um incentivo à participação nas atividades política. São profissionais que por não estarem atuando na área de Serviço Social, estão em outras ocupações, fator esse que contribui para dificultar a participação política e a não inserção em cursos de pós-graduação em universidade pública, devido a carga horária de trabalho.

Com relação aos princípios metodológicos orientadores da matriz curriculares do Curso, segundo os dados analisados, o Curso de Especialização em Políticas Sociais vem conseguindo materializar a política de educação permanente no Serviço Social, no entanto, o curso não é munido de interesses do capital comercial, fator esse que se expressa na inclusão de matérias EAD, principalmente.

O que fica claro neste estudo é importância de lutar pela democratização do ensino público e de qualidade e, se há a legitimidade legal na oferta da educação formal no âmbito privado, que essa seja capaz de formar profissionais que não só faça uso do seu diploma de graduado ou pós-graduado, mas, sobretudo, que se utilize do seu conhecimento para contribuir com a transformação social.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, novembro de 1996.** In: CRESS 7ª Região, RJ, 2008, p.45-86.

BRASIL/MEC/INEP. **Censo da Educação Superior 2016. Notas Técnicas 2016.** Brasília (DF), 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/no

tas sobre o censo da educação superior 2016.pdf. Acesso em 07/12/2017, às 11h55min.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Brasília (DF), 2014.

CFESS/CRESS. **Política de Educação Permanente**. Brasília (DF), 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf. 07/12/2017, às 12h10min.

FERNANDES, Rosa Maria Castilho. **Educação Permanente e Políticas Sociais**. Campinas/ são Paulo. Editora: Papel Social, 2016 (Coleção Didática do Serviço Social).

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro. Editora: Civilização Brasileira, 1967.

244

VELASCO Clara. . Em 10 anos, Brasil ganha mais de 1 milhão de famílias formadas por mães solteiras: **Nº absoluto aumenta entre 2005 e 2015, mas o percentual em relação a todos os tipos de família é menor, já que houve aumento de casais sem filhos e de pessoas morando sozinhas. Maior escolaridade entre mulheres e menores taxas de fecundidade estão entre os motivos**. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/em-10-anos-brasil-ganha-mais-de-1-milhao-de-familias-formadas-por-maes-solteiras.ghtml>. Acesso em 03/03/2018, às 17h.

MÉSÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: BOITEMPO, 2008.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira (orgs.). **Serviço Social e Educação**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **A expansão dos cursos de Serviço Social em tempos de contrarreforma do ensino superior brasileiro: impactos na formação profissional em Serviço Social.** São Luís- MA: Revista de Políticas Públicas, 2009.

_____, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional.** São Paulo: Xamã, 2008.

_____, Larissa Dahmer. **Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD no Brasil: uma análise da tendência à desqualificação profissional.** In.

_____, Larissa Dahmer. **Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social.** Florianópolis: Revista Katál, vol. 12, 2009.

RODRIGUES, José. **Os Empresários e a Educação Superior.** Campinas/São Paulo. Editora: Autores Associados, 2007.

SIMÕES, Pedro. **Assistentes Sociais no Brasil: um estudo a partir das PNADS.** 245
Rio de Janeiro: E-PAPER, 2012.